

NAV BRASIL

SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA

**PROFISSIONAL TÉCNICO DE NAVEGAÇÃO AÉREA
OPERADOR DE TORRE DE CONTROLE**

- *Língua Portuguesa*
- *Legislação e Noções de Ética*
- *Raciocínio Lógico Matemático (RLM)*
- *Informática*
- *Língua Inglesa (On-line)*



DE ACORDO COM EDITAL Nº 01/2026

Conteúdo de acordo
com o Edital
Questões gabaritadas
da banca FGV

Serviços de Navegação Aérea

NAV BRASIL

**Profissional Técnico de Navegação Aérea –
Operador de Torre de Controle**

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A Editora Nova Concursos será sua maior aliada neste percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados em um sumário que foi pensado para te apresentar uma sequência lógica, isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de *Profissional Técnico de Navegação Aérea – Operador de Torre de Controle* de acordo com o *Edital nº 01/2026, do Serviços de Navegação Aérea. (NAV BRASIL)*

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao decorrer da teoria você encontrará recursos como boxes *Importante e Dica*, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo, para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas apresentamos a seção *Hora de Praticar*, com questões gabaritadas da banca FGV, organizadora contratada para a realização do certame para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca.

Para sua preparação acesse os conteúdos complementares disponíveis on-line para este livro em nossa plataforma: Conteúdo de *Língua Inglesa disponível em PDF para download*. Para acessar, basta seguir as orientações na próxima página.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que irá te guiar até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!



AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE DEMONSTRAÇÃO

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

**POR QUE
ADQUIRIR
A VERSÃO
COMPLETA?**

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	13
■ ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO DO TEXTO E SEU SENTIDO	13
GÊNERO DO TEXTO.....	14
LITERÁRIO E NÃO LITERÁRIO.....	18
NARRATIVO.....	19
DESCRITIVO	20
ARGUMENTATIVO	21
■ INTERPRETAÇÃO E ORGANIZAÇÃO INTERNA	21
■ SEMÂNTICA: SENTIDO E EMPREGO DOS VOCÁBULOS E CAMPOS SEMÂNTICOS	25
■ MORFOLOGIA: RECONHECIMENTO, EMPREGO E SENTIDO DAS CLASSES GRAMATICAIIS	27
MECANISMOS DE FLEXÃO DOS NOMES.....	28
Padrões Gerais de Colocação Pronominal na Língua Portuguesa.....	37
EMPREGO DE TEMPOS E MODOS DOS VERBOS NA LÍNGUA PORTUGUESA.....	37
MECANISMOS DE FLEXÃO DOS VERBOS	38
■ PROCESSOS DE FORMAÇÃO PALAVRAS.....	44
■ SINTAXE.....	49
FRASE, ORAÇÃO E PERÍODO.....	49
Termos da Oração	49
PROCESSOS DE COORDENAÇÃO	55
PROCESSOS DE SUBORDINAÇÃO.....	56
CONCORDÂNCIA NOMINAL E VERBAL.....	61
■ TRANSITIVIDADE E REGÊNCIA DE NOMES E VERBOS	67
■ MECANISMOS DE COESÃO TEXTUAL	68
■ ORTOGRAFIA.....	73
ACENTUAÇÃO GRÁFICA	73
■ EMPREGO DO SINAL INDICATIVO DE CRASE	75
■ PONTUAÇÃO.....	77

■ ESTILÍSTICA: FIGURAS DE LINGUAGEM	80
■ REESCRITURA DE FRASES: SUBSTITUIÇÃO E DESLOCAMENTO	84
■ PARALELISMO	86
■ VARIAÇÃO LINGUÍSTICA: NORMA PADRÃO	87
LEGISLAÇÃO E NOÇÕES DE ÉTICA	95
■ INTRODUÇÃO AO REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E EMPRESAS PÚBLICAS	95
PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (PRINCÍPIOS DO ART 37 DA CF/88)	95
Legalidade	95
Impessoalidade	95
Moralidade	96
Publicidade	96
Eficiência	97
COMPETÊNCIAS CONSTITUCIONAIS DA UNIÃO NO SETOR DE NAVEGAÇÃO AÉREA.....	97
CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA DA NAV BRASIL	100
Forma Jurídica: Empresa Pública sob a Forma de Sociedade por Ações	100
REGULAMENTAÇÃO PELA LEI Nº 13.903/2019 E DEMAIS DISPOSITIVOS APLICÁVEIS	101
RELAÇÃO COM O MINISTÉRIO DA DEFESA E O COMANDO DA AERONÁUTICA	102
■ LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA APLICÁVEL À NAV BRASIL.....	102
LEI Nº 13.903/2019	102
Criação, Objetivos, Natureza Jurídica e Finalidade da Nav Brasil	102
Disposições sobre a Organização e Serviços de Navegação Aérea	104
LEI Nº 13.303/2016 (ESTATUTO JURÍDICO DAS EMPRESAS PÚBLICAS): DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA PÚBLICA E REGRAS SOBRE GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLES INTERNOS	106
LEI Nº 6.404/1976 (SOCIEDADES POR AÇÕES): APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA ÀS EMPRESAS PÚBLICAS DE CAPITAL ABERTO SOB FORMA DE S/A E REGRAS SOBRE ADMINISTRAÇÃO SOCIETÁRIA.....	132
■ REGULAMENTAÇÃO DAS EMPRESAS PÚBLICAS E APLICAÇÃO ESPECÍFICA À NAV BRASIL.....	149
DECRETO Nº 8.945/2016	149
DECRETO Nº 10.589/2020	157
■ ÉTICA, CONDUTA E INTEGRIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO	159

CÓDIGO DE ÉTICA, CONDUTA E INTEGRIDADE DA NAV BRASIL – CONCEITOS, FINALIDADES, PADRÕES DE CONDUTA NO AMBIENTE DE TRABALHO, OBRIGAÇÕES ÉTICAS DOS EMPREGADOS E COLABORADORES E VALORES INSTITUCIONAIS: INTEGRIDADE, TRANSPARÊNCIA, RESPEITO E RESPONSABILIDADE.....	159
COMPORTAMENTO ÉTICO E CIDADANIA CORPORATIVA	162
Respeito à Diversidade, à Igualdade e aos Direitos Humanos	162
Relação com Usuários, Clientes e Sociedade.....	163
CONFLITO DE INTERESSES E TRANSPARÊNCIA	163
IDENTIFICAÇÃO E PREVENÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSES.....	163
PROCEDIMENTOS PARA COMUNICAÇÃO DE SITUAÇÕES DE CONFLITO	163
TRANSPARÊNCIA E CANAIS DE DENÚNCIA.....	164
RESPONSABILIDADE E PRESTAÇÃO DE CONTAS E CONSEQUÊNCIAS DE ATOS ANTIÉTICOS.....	164
ACCOUNTABILITY	165
DEVER DE PRESTAÇÃO DE CONTAS	165
■ REGIME DE PESSOAL E NORMAS TRABALHISTAS APLICÁVEIS	165
CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO (CLT): RELAÇÃO DE EMPREGO SOB REGIME CELETISTA	165
DIREITOS E DEVERES DOS TRABALHADORES DA NAV BRASIL.....	191
DIFERENÇAS ENTRE REGIME ESTATUTÁRIO E CELETISTA.....	192
■ TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E GOVERNANÇA.....	192
TRANSPARÊNCIA PÚBLICA.....	192
Acesso à Informação	192
Transparência Ativa e Passiva.....	195
GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	199
Princípios de Governança Aplicáveis às Empresas Públicas	199
Estrutura de Administração	200
Estrutura Matricial.....	205
CONTROLE EXTERNO E INTERNO E ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO.....	208
Controle Social e Responsabilidade Pública.....	210
Papel dos Órgãos de Auditoria Interna e Fiscal Externa	213
■ LEGISLAÇÃO ANTICORRUPÇÃO E NORMAS RELACIONADAS.....	214
NOÇÕES DE LEI Nº 12.846/2013 (LEI ANTICORRUPÇÃO): CONCEITO DE CORRUPÇÃO NO SETOR PÚBLICO E PRIVADO E RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA E SANÇÕES.....	214

LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (LEI Nº 8.429/1992): ATOS DE IMPROBIDADE E SUAS CONSEQUÊNCIAS E SANÇÕES APLICÁVEIS A AGENTES PÚBLICOS	223
APLICAÇÃO DE NORMAS DE INTEGRIDADE E COMPLIANCE.....	240
Conceitos de Risco	240
Gestão de Integridade	240
Controles Preventivos.....	241
■ ÉTICA E RELAÇÕES INTERPESSOAIS NO AMBIENTE DE TRABALHO	241
COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO PROFISSIONAL, PRINCÍPIOS DE COMUNICAÇÃO CLARA, RESPEITOSA E EFICIENTE, POSTURA PROFISSIONAL, ASSIDUIDADE E DISCIPLINA	241
RESPONSABILIDADE CIVIL E PROFISSIONAL: CONSEQUÊNCIAS DE ATITUDES CONTRÁRIAS À ÉTICA PROFISSIONAL.....	245
■ NOÇÕES DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PROTEÇÃO DE DADOS – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS – LGPD	246
CONCEITOS BÁSICOS DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS, APLICAÇÃO NA NAV BRASIL E TRATAMENTO DE DADOS DE USUÁRIOS E REGRAS SOBRE DIVULGAÇÃO DE DADOS INSTITUCIONAIS	246
 RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO.....	 273
■ LÓGICA	273
PROPOSIÇÕES.....	273
PREDICADOS.....	275
QUANTIFICADORES.....	275
CONNECTIVOS LÓGICOS.....	275
PROBLEMAS DE LÓGICA E RACIOCÍNIO.....	277
■ EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS.....	278
■ CONJUNTOS: REPRESENTAÇÃO POR DIAGRAMAS.....	288
CONCEITO DE CONJUNTOS.....	288
OPERAÇÕES COM CONJUNTOS.....	292
■ CONJUNTOS NUMÉRICOS: OPERAÇÕES COM NÚMEROS	296
NÚMEROS INTEIROS	297
NÚMEROS RACIONAIS.....	299
NÚMEROS REAIS	303
■ RAZÕES E PROPORÇÕES	303
PROPORCIONALIDADE DIRETA E PROPORCIONALIDADE INVERSA	304

JUROS.....	306
PORCENTAGENS	311
■ MEDIDAS.....	313
Medidas de Comprimento.....	314
Medidas de Área	314
Medidas de Volume	314
Medidas de Tempo	314
Medidas de Massa.....	314
■ ESTRUTURAS LÓGICAS: AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES UTILIZADAS PARA ESTABELECEMOS TAIS RELAÇÕES	316
ESTRUTURA LÓGICA DE RELAÇÕES ARBITRÁRIAS ENTRE PESSOAS, LUGARES, OBJETOS OU EVENTOS FICTÍCIOS	316
DEDUÇÃO DE NOVAS INFORMAÇÕES A PARTIR DAS RELAÇÕES FORNECIDAS	317
■ FUNÇÕES INTELLECTUAIS APLICADAS AO RACIOCÍNIO LÓGICO: FORMAÇÃO DE CONCEITOS E DISCRIMINAÇÃO DE ELEMENTOS	318
RACIOCÍNIO VERBAL	318
RACIOCÍNIO MATEMÁTICO	318
RACIOCÍNIO SEQUENCIAL.....	318
ORIENTAÇÃO ESPACIAL E TEMPORAL.....	318
■ ANÁLISE DE DADOS.....	318
COMPREENSÃO DE DADOS APRESENTADOS EM TABELAS.....	318
COMPREENSÃO DE DADOS APRESENTADOS EM GRÁFICOS	320
■ RACIOCÍNIO LÓGICO APLICADO A PROBLEMAS ARITMÉTICOS, GEOMÉTRICOS E MATRICIAIS	323
■ ANÁLISE COMBINATÓRIA E PROBABILIDADE	335
PROBLEMAS DE CONTAGEM.....	335
NOÇÕES DE PROBABILIDADE.....	338
■ GEOMETRIA BÁSICA	344
ÂNGULOS	344
TRIÂNGULOS	346
POLÍGONOS	347
PERÍMETRO.....	347
ÁREA.....	347

■ PLANO CARTESIANO	351
SISTEMA DE COORDENADAS.....	351
DISTÂNCIA ENTRE PONTOS.....	351
INFORMÁTICA	355
■ ARQUITETURA BÁSICA DE COMPUTADORES	355
CONCEITOS DE HARDWARE: COMPONENTES FÍSICOS E SUAS FUNÇÕES, UNIDADE CENTRAL DE PROCESSAMENTO (CPU), MEMÓRIA RAM, MEMÓRIA CACHE E TIPOS DE ARMAZENAMENTO.....	359
DISPOSITIVOS DE ENTRADA, SAÍDA E ARMAZENAMENTO DE DADOS: TECLADO, MOUSE, MONITOR, IMPRESSORAS, SCANNER, DISCOS RÍGIDOS (HD), UNIDADES DE ESTADO SÓLIDO (SSD), PENDRIVES	361
SISTEMAS OPERACIONAIS E SOFTWARE: CONCEITOS BÁSICOS DE SOFTWARE	363
■ ARMAZENAMENTO EM NUVEM.....	369
■ CONECTORES E PORTAS DE COMUNICAÇÃO	373
TIPOS DE CONECTORES, PORTAS DE COMUNICAÇÃO E SUAS FUNÇÕES.....	373
■ CONCEITOS DE SISTEMA OPERACIONAL: AMBIENTE WINDOWS 10 E WINDOWS 11	374
CONCEITO DE PASTAS, DIRETÓRIOS, ARQUIVOS E ATALHOS	374
Pastas.....	376
AMBIENTE GRÁFICO E ÁREA DE TRABALHO	377
MICROSOFT COPILOT: USO BÁSICO DA IA GENERATIVA NO MICROSOFT 365, AUXÍLIO EM DOCUMENTOS, E-MAILS, PLANILHAS E APRESENTAÇÕES, BOAS PRÁTICAS E LIMITAÇÕES DO USO DA IA CORPORATIVA	378
Cópia de Arquivos.....	380
EXCLUSÃO DE ARQUIVOS E RESTAURAÇÃO DE ARQUIVOS.....	381
Tipos de Arquivos e Criação de Arquivos	382
JANELAS E ÍCONES.....	384
ATALHOS DE TECLADO	392
■ MICROSOFT 365	393
CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS GERAIS, CONCEITOS BÁSICOS DO MICROSOFT 365, UTILIZAÇÃO EM NUVEM, COLABORAÇÃO EM TEMPO REAL E INTEGRAÇÃO ENTRE APLICATIVOS DO ECOSISTEMA MICROSOFT	393
MICROSOFT WORD: CRIAÇÃO E EDIÇÃO DE DOCUMENTOS, FORMATAÇÃO DE TEXTOS, INSERÇÃO DE TABELAS E GRÁFICOS, EDIÇÃO COLABORATIVA NA NUVEM (WORD 365/ONLINE)	394

MICROSOFT EXCEL: CRIAÇÃO E EDIÇÃO DE PLANILHAS, FÓRMULAS E FUNÇÕES BÁSICAS, INSERÇÃO DE GRÁFICOS E TABELAS, COLABORAÇÃO SIMULTÂNEA NA NUVEM (EXCEL 365/ONLINE).....	405
MICROSOFT POWERPOINT: CRIAÇÃO E EDIÇÃO DE APRESENTAÇÕES, INSERÇÃO DE ELEMENTOS GRÁFICOS, TRABALHO COLABORATIVO EM APRESENTAÇÕES ONLINE	416
MICROSOFT ONEDRIVE/SHAREPOINT: ARMAZENAMENTO E SINCRONIZAÇÃO DE ARQUIVOS NA NUVEM, COMPARTILHAMENTO SEGURO DE ARQUIVOS E PASTAS, ACESSO E EDIÇÃO DE DOCUMENTOS DIRETAMENTE NA NUVEM	423
MICROSOFT TEAMS: COMUNICAÇÃO POR CHAT, CANAIS E REUNIÕES, COMPARTILHAMENTO E COEDIÇÃO DE ARQUIVOS INTEGRADOS AO ONEDRIVE/SHAREPOINT, COLABORAÇÃO EM DOCUMENTOS DENTRO DO TEAMS	425
MICROSOFT OUTLOOK: ENVIO E RECEBIMENTO DE MENSAGENS, ORGANIZAÇÃO DE E-MAILS, PASTAS E REGRAS, CALENDÁRIO E AGENDAMENTO, BOAS PRÁTICAS DE USO CORPORATIVO E SEGURANÇA	432
■ INTERNET.....	433
CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS GERAIS	433
NAVEGAÇÃO UTILIZANDO O MICROSOFT EDGE: INTERFACE E RECURSOS BÁSICOS DO EDGE, PERFIS CORPORATIVOS E INTEGRAÇÃO COM MICROSOFT 365, FAVORITOS, COLEÇÕES E LEITURA	434
NOÇÕES GERAIS SOBRE OUTROS NAVEGADORES (CHROME E FIREFOX)	434
MECANISMOS DE BUSCA	435
FIGURAS E IMAGENS: FORMATOS E USO ADEQUADO.....	437
DOWNLOADS E UPLOADS DE ARQUIVOS	440
■ SEGURANÇA DIGITAL.....	442
Golpes Virtuais: Phishing	442
NOÇÕES DE ANTIVÍRUS.....	450
AUTENTICAÇÃO: AUTENTICAÇÃO MULTIFATOR	453
SENHAS SEGURAS	453
■ NOÇÕES DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA)	454
CONCEITO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	454
Assistentes Virtuais e Sistemas de Recomendação.....	455
EXEMPLOS DE APLICAÇÕES PRÁTICAS DA IA NO COTIDIANO	455
IA Aplicada à Análise de Dados, Apoio à Tomada de Decisão e Benefícios, Limitações e Riscos do Uso da Inteligência Artificial	455
Noções de Aprendizado de Máquina (Machine Learning).....	455
IMPACTOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO MUNDO DO TRABALHO.....	459

DIFERENÇA ENTRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, AUTOMAÇÃO E ALGORITMOS.....	459
USO DE IA EM AMBIENTES CORPORATIVOS.....	460
ÉTICA, PRIVACIDADE E USO RESPONSÁVEL DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL.....	461

LÍNGUA PORTUGUESA

ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO DO TEXTO E SEU SENTIDO

Produzir um texto não é simplesmente escrever palavras de forma encadeada, mas, sim, organizar ideias, selecionar estratégias discursivas e adequar a linguagem ao público-alvo e aos objetivos da comunicação. Essa construção envolve diversas etapas, que vão da pré-escrita à revisão final, exigindo do produtor textual competências que transcendem o domínio da norma gramatical.

No campo da linguística textual e da didática da língua, compreende-se que o texto é uma unidade de sentido que se realiza em situações concretas de uso da linguagem. Portanto, para que se construa um texto efetivo, é necessário considerar aspectos que envolvam tanto a estrutura interna quanto o contexto de produção. Esse processo é dinâmico e requer planejamento, criatividade, domínio das convenções do gênero textual escolhido e atenção à coerência e coesão.

A FASE DE PLANEJAMENTO

O primeiro estágio na construção de um texto é o planejamento, etapa em que o autor define o propósito comunicativo, o público-alvo, o gênero textual e o tema a ser abordado. Esse momento é essencial para que a produção textual tenha uma orientação clara e se desenvolva de maneira coerente. O planejamento permite delimitar o escopo temático, identificar os conhecimentos prévios do autor sobre o assunto e levantar informações necessárias à argumentação ou à exposição.

No processo de ensino-aprendizagem da escrita, essa etapa também pode incluir a construção de esquemas, mapas conceituais ou tópicos-chave, que servirão de guia para a redação do texto. Para gêneros mais formais, como dissertações, relatórios e pareceres, esse planejamento é ainda mais relevante, pois orienta a organização lógica e retórica do conteúdo.

A ETAPA DA TEXTUALIZAÇÃO

Após o planejamento, inicia-se a textualização propriamente dita, ou seja, o momento em que as ideias são transformadas em linguagem verbal estruturada. Nessa fase, o autor organiza os parágrafos, utiliza estratégias de coesão (como conectores, pronomes, elipses) e desenvolve a progressão temática. A textualização não é apenas uma transcrição mecânica de ideias, mas, sim, um processo ativo de construção de sentidos.

A escolha vocabular, o uso de figuras de linguagem, a estrutura sintática e a construção dos parágrafos são decisões que influenciam diretamente a eficácia comunicativa do texto. Além disso, o autor precisa respeitar as convenções do gênero textual, como a estrutura introdutória, o desenvolvimento e a conclusão, no caso da dissertação, ou os campos obrigatórios de um relatório técnico.

É importante salientar que essa fase não se dá de maneira linear. A textualização pode exigir retomadas constantes ao planejamento inicial, alterações de ordem, reescritas parciais ou completas. A fluidez textual depende tanto da familiaridade do autor com o tema quanto do seu repertório linguístico-discursivo.

A REVISÃO E A REESCRITA

Uma das etapas mais importantes e, por vezes, negligenciadas na construção textual é a revisão. Revisar é reler o texto com um olhar crítico, identificando possíveis incoerências, erros gramaticais, repetições desnecessárias, falhas na argumentação ou inadequações de linguagem. A revisão pode ser feita tanto pelo próprio autor quanto por terceiros (como revisores profissionais).

A reescrita, por sua vez, é a consequência da revisão. Consiste na modificação do texto a partir das observações feitas. Trata-se de um processo de aprimoramento contínuo, no qual o autor busca melhorar a clareza, a coesão e a adequação do texto. Nas produções editoriais, essa etapa envolve também aspectos gráficos e tipográficos, como a diagramação do texto, o uso de elementos paratextuais (títulos, subtítulos, legendas) e a conformidade com o projeto editorial.

A FUNÇÃO DA LEITURA NOS PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO

Ler diferentes gêneros, estilos e autores permite ao produtor textual ampliar sua visão sobre as possibilidades da linguagem e compreender melhor as exigências comunicativas dos diferentes contextos.

No processo de ensino da produção textual, a leitura é frequentemente usada como ponto de partida para atividades de escrita, sendo trabalhada de forma integrada à produção.

O contato com textos bem escritos permite identificar estratégias discursivas, estruturas argumentativas e marcas de autoria que poderão ser incorporadas à prática de escrita do aluno ou escritor em formação.

A CONSTRUÇÃO TEXTUAL COMO PRÁTICA SOCIAL

Além dos aspectos formais e linguísticos, é imprescindível compreender que a construção textual é uma prática social. O texto não existe em abstrato; ele é sempre produzido em um contexto específico, com objetivos determinados e direcionado a interlocutores reais ou presumidos. Por isso, a competência textual envolve também a capacidade de interpretar situações de comunicação, escolher estratégias adequadas e posicionar-se diante dos temas abordados.

O autor, ao escrever, assume uma posição discursiva, estabelece relações com seu leitor e insere-se em uma cadeia de discursos que circulam na sociedade. Isso implica responsabilidade ética, consciência linguística e domínio das normas sociais de comunicação. No caso dos textos argumentativos, por exemplo, é fundamental respeitar o contraditório, evitar falácias e apresentar argumentos consistentes.

Esse entendimento da construção textual como prática social é defendido por estudiosos como Paulo Freire e Mikhail Bakhtin, que destacam o caráter dialógico da linguagem e a importância da escrita como instrumento de expressão, transformação e intervenção no mundo.

LEGISLAÇÃO E NOÇÕES DE ÉTICA

INTRODUÇÃO AO REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E EMPRESAS PÚBLICAS

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (PRINCÍPIOS DO ART 37 DA CF/88)

Os princípios do direito administrativo podem ser encontrados, em grande parte, na Constituição Federal, de 1988, na Lei nº 9.784, de 1999, e no Decreto-Lei nº 200, de 1967. Além disso, eles podem ser classificados em implícitos e explícitos.

Desse modo, são os princípios expressos previstos no Texto Constitucional, mais especificamente no *caput*, do art. 37, segundo o referido dispositivo:

Art. 37 *A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...].*

Vemos que tais princípios estão subordinados à Constituição Federal, sendo certo que expressamente temos: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Atenção! Para memorizar os princípios constitucionais da Administração Pública, lembre-se do mнемônico **L-I-M-P-E**, em que cada letra se refere aos princípios citados anteriormente.

Assim, esquematicamente temos os seguintes princípios constitucionais:

Legalidade

O princípio da legalidade estabelece direitos e traça limites para a atuação da Administração Pública que vise à restrição do exercício desses direitos. Ou seja, o princípio da legalidade tem como foco regularizar a aplicação da lei e que essa medida seja feita dentro de limites traçados nos textos normativos.

Dessa forma, por meio do princípio da legalidade deriva a presunção relativa da legalidade dos atos praticados pela Administração Pública. Trata-se de um dos sustentáculos da concepção de Estado de direito e do próprio regime jurídico-administrativo, no qual a Administração Pública se encontra sujeita aos mandamentos da lei.

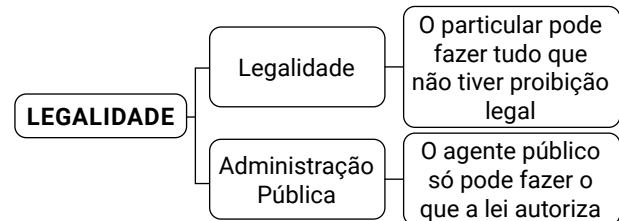
Atenção! O princípio da legalidade para a Administração Pública é diferente do princípio da legalidade aplicado a qualquer pessoa, uma vez que, ao contrário da Administração Pública, os indivíduos podem fazer toda e qualquer coisa, desde que esta não seja proibida por lei (inciso II, art. 5º, CF, de 1988).

Observa-se que a legalidade traduz o sentido de que a Administração Pública somente pode fazer o que a lei manda ou permite, bem como que somente pode proibir o que a lei expressamente proíbe.

Desse modo, ao administrador somente é permitido fazer o que a lei determina. Salienta-se que este princípio deve nortear tanto a atividade administrativa típica como a atípica, sendo que sua ação deverá ser *stricto sensu*.

Sendo assim, o princípio da legalidade é fruto da própria noção de Estado de direito, sendo que as atividades do gestor público estão submissas à forma da lei, promovendo maior segurança jurídica para os administrados, na medida em que proíbe que a Administração Pública pratique atos abusivos.

Ao contrário dos particulares, que podem fazer tudo aquilo que a lei não proíbe, a Administração só pode realizar o que lhe é expressamente autorizado por lei.



Dica

A doutrina e jurisprudência defendem a superação do princípio da legalidade pelo princípio da juridicidade. Portanto, o agente público deve pautar-se pelo ordenamento jurídico e não apenas pela lei, de modo a observar a CF, de 1988, as leis e os demais atos normativos.

Impessoalidade

A atividade da Administração Pública deve ser imparcial, de modo que é vedado haver qualquer forma de tratamento diferenciado entre os administrados. Esse princípio apresenta algumas vertentes que devem ser conhecidas:

- **Princípio da finalidade:** há uma forte relação entre a impessoalidade e a finalidade pública, pois quem age por interesse próprio não condiz com a finalidade do interesse público. A atuação administrativa sempre tem como fim o interesse público, desse modo, é vedado que se busque o interesse próprio ou de terceiros. O ato que é praticado com finalidade diversa do interesse público será considerado nulo, constatando-se o desvio de finalidade;
- **Vedação à promoção pessoal:** as realizações de Administração Pública não podem ser utilizadas como instrumento para a promoção pessoal dos agentes públicos. A atuação administrativa é realizada em nome da Administração, sendo vedada a vinculação com a pessoa do agente público. É importante ressaltar, também, que é vedado na publicidade oficial constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem a promoção pessoal dos agentes públicos. Esse é o fundamento da chamada “teoria do órgão”. Por causa disso, é vedada a possibilidade de o agente público utilizar os recursos

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

LÓGICA

VALORES LÓGICOS

Na lógica, temos apenas dois valores lógicos: **verdadeiro** ou **falso**. Quando temos uma declaração verdadeira, o seu valor lógico é **Verdade** (V); quando é falsa, dizemos que seu valor lógico é **Falso** (F).

ESTRUTURA LÓGICA

A Negação com o Conectivo “não”

Representação simbólica: $(\sim p)$ ou $(\neg p)$.

Sabemos que o valor lógico de “p” e “ $\sim p$ ” são opostos, isto é, se p é uma proposição verdadeira, “ $\sim p$ ” será falsa, e vice-versa.

Exemplo:

- p: “Matemática é difícil.”;
- $(\sim p)$ ou $(\neg p)$: “Matemática não é difícil.”

Outras maneiras de negar uma proposição, que têm aparecido com frequência nas provas de concursos, são:

- “Não é verdade que matemática é difícil.”;
- “É falso que matemática é difícil.”

Conjunção (Conectivo “e”)

Representação simbólica: \wedge

Exemplos:

Na linguagem natural:

O macaco bebe leite **e** o gato come banana.

Na linguagem simbólica: $p \wedge q$

Sendo:

- p: o macaco bebe leite.
- q: gato come banana.

Disjunção Inclusiva (Conectivo “ou”)

Representação simbólica: \vee

Exemplos:

Na linguagem natural:

Maria é bailarina **ou** Juliano é atleta.

Na linguagem simbólica: $p \vee q$

Sendo:

- p: Maria é bailarina.
- q: Juliano é atleta.

Disjunção Exclusiva (Conectivo “Ou...ou”)

Representação simbólica: \veebar

Exemplos:

Na linguagem natural:

Ou o elefante corre rápido, **ou** a raposa é lenta.

Na linguagem simbólica: $p \veebar q$

Sendo:

- p: o elefante corre rápido.
- q: a raposa é lenta.

Condicional (Conectivo “se... então”)

Representação simbólica: \rightarrow

Exemplos:

Na linguagem natural:

Se estudar, **então** vai passar.

Na linguagem simbólica: $p \rightarrow q$

Sendo:

- p: estudar.
- q: vai passar.

Bicondicional (Conectivo “se, e somente se,”)

Representação simbólica: \leftrightarrow

Exemplos:

Na linguagem natural:

Bino vai ao cinema **se, e somente se**, ele receber dinheiro.

Na linguagem simbólica: $p \leftrightarrow q$

Sendo:

- p: Bino vai ao cinema.
- q: ele receber dinheiro.

PROPOSIÇÕES

Proposições Lógicas Simples

Observe a frase a seguir:

Paula vai à praia.

Para saber se temos ou não uma proposição, precisamos de três requisitos fundamentais:

- **Ser uma oração:** é uma frase com verbo;
- **Oração declarativa:** a frase precisa apresentar uma situação, um fato;
- **Pode ser classificada como Verdadeira ou Falsa:** ou seja, podemos atribuir o valor lógico verdadeiro ou o valor lógico falso para a declaração.

Tendo isso em vista, podemos afirmar claramente que a frase “Paula vai à praia” é uma proposição lógica, pois temos a presença de um verbo (ir), uma informação completa (temos o sujeito claro na oração) e podemos afirmar se é verdade ou falsa.

INFORMÁTICA

ARQUITETURA BÁSICA DE COMPUTADORES

A informática, também chamada de computação, é uma área do conhecimento que foi desenvolvida com base em máquinas, inicialmente com válvulas e, posteriormente, com transistores, englobando as áreas de software (programas) e hardware (equipamentos).

Os computadores, como conhecemos e utilizamos atualmente, surgiram no final da década de 1970 como PC (*Personal Computer* — computador pessoal), em um período dominado pelos *mainframes* (computadores de grande porte) e terminais nas empresas.

Os *mainframes* eram computadores de grande porte com sistemas próprios, hardware dedicado e vendido por milhares de dólares por empresas históricas como a IBM, chegando a ocupar salas e até andares inteiros de prédios. Concentravam o processamento de dados dos programas desenvolvidos especificamente para aquele dispositivo, em linguagens de programação específicas para aquele tipo de trabalho.

Os terminais nas empresas operavam, basicamente, como entrada e saída de dados, reunindo informações coletadas de entradas ou digitações, enviando para o *mainframe* da empresa por uma conexão de rede padronizada para aquele equipamento e recebendo o resultado do processamento que foi realizado remotamente.

De fato, a informática era muito técnica, e, sob o ponto de vista da atualidade, engessada e cheia de regras, limitações e proibições.

Criou-se uma aura técnica quase indecifrável na área, que perdurou por muito tempo e ainda assusta alguns novos usuários.

Dica

As questões de informática nos concursos públicos são direcionadas para a interpretação de conceitos e aplicação prática do uso de programas. Contexto histórico, memorização de datas e nomes não costumam ser questionados em provas atualmente.

Com a popularização dos computadores na década de 1980 e a abertura da internet, tudo começou a mudar. A chamada revolução digital transformou o mundo mais rapidamente do que qualquer outra revolução anterior.

Em concursos públicos de cargos relacionados à educação, por exemplo, é comum encontrarmos questões que tratam deste aspecto histórico do computador e o seu impacto na sociedade. A maioria dos concursos de nível médio envolvem o conhecimento dos fundamentos da computação e, nos cargos de nível superior, os detalhes técnicos e aplicações das diferentes arquiteturas computacionais.

Os equipamentos computacionais são apresentados em diferentes construções, como desktop, notebook, tablet e smartphone, porém mantendo os princípios de funcionamento fundamentais.

ORGANIZAÇÃO E ARQUITETURA DE COMPUTADORES

O computador é um dispositivo eletrônico formado por componentes altamente integrados. Ele é a evolução de uma máquina mecânica, que, no passado, foi utilizada para a realização de tarefas repetitivas, envolvendo cálculos matemáticos. O computador apresenta alto grau de precisão e previsibilidade. Se foi programado para somar os valores A e B, apresentando C como resultado, sempre que forem informados A e B, o resultado será C.

Diversos textos identificam épocas diferentes para o surgimento de equipamentos relacionados à história do computador. A história antiga é uma disciplina em constante atualização a cada nova descoberta. Vamos nos deter aos elementos essenciais dos dispositivos, que foram importantes para o computador da atualidade.

O **ábaco** é um instrumento de cálculo que combina posições de pedras em linhas sequenciais, utilizado desde o surgimento das operações básicas de cálculo até os dias atuais por estudantes e entusiastas. O sequenciamento das posições numéricas é usado nos processadores para operação bit a bit. Datado de aproximadamente 3000 a.C., atribui-se a origem aos babilônicos.

O **mecanismo de Anticítera** era usado para calcular a partir de calendários as posições astronômicas, eclipses e astrologia. A previsibilidade dos resultados é utilizada nos processadores para validação do resultado obtido nas operações.

Blaise Pascal, notável matemático da Idade Média, desenvolveu a **Pascalina** (*Le pascaline*), um instrumento matemático considerado a primeira calculadora mecânica do mundo, para a realização de adição e subtração. Os processadores utilizam adições sucessivas para realização de multiplicação, e adição com negativos para realização de subtrações, inspirados nos princípios da antiga Pascalina.


No entanto, foi ele quem inventou o sistema binário? Não. Outro inventor contemporâneo (1673), o matemático alemão Gottfried Wilhelm **Leibniz**, foi quem criou um modelo capaz de multiplicar, dividir e extrair raízes quadradas. Nascia o sistema binário, utilizado até hoje nos dispositivos computacionais.

Dos teares da França veio uma contribuição relevante para a computação atual, que eram os cartões metálicos perfurados dos **teares de Jacquard**. A programação dos teares, a partir de comandos automáticos das operações repetitivas, gravadas em cartões metálicos “de memória” (furados ou não), determinava o que a máquina iria realizar.

Como podemos observar, cada dispositivo contribuiu com um detalhe importante para o computador moderno.


O grande salto em direção ao computador veio com a **máquina diferencial** (e analítica) de Charles Babbage. Com ela, o cálculo sucessivo de diferenças entre conjuntos de números, combinando o princípio dos cartões perfurados do Tear de Jacquard com o sistema binário de Leibniz.

MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021

 92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022

 213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022

 337 APROVADOS
NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

[ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO](#)